



## O ESTATUTO ONTOLÓGICO DOS CORPOS EM DESCARTES: DUAS INTERPRETAÇÕES

MARIANA DE ALMEIDA CAMPOS<sup>1</sup>

**RESUMO:** No presente artigo, examinarei qual é a posição de Descartes sobre o número de substâncias corpóreas e, como consequência, sobre o estatuto ontológico dos corpos. Ao examinar essas questões, mostrarei que elas se inserem em um debate existente na literatura sobre Descartes que separa os intérpretes entre pluralistas e monistas. Tendo em vista esse debate, apresentarei, primeiramente, as bases textuais da interpretação pluralista, assim como os seus principais argumentos. Argumentarei, em seguida, que se levarmos em consideração as teses metafísicas de Descartes sobre a substância, bem como algumas teses de sua física, a tese de um pluralismo de substâncias corpóreas na natureza enfrenta mais dificuldades do que a tese monista. Defenderei então a interpretação monista como solução. E examinarei, por fim, um problema que pode surgir para essa interpretação, mas que eu creio poder ser resolvido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Descartes, Substância, Modo, Corpos.

**ABSTRACT:** In this paper, I will examine Descartes's position on the number of corporeal substances and, as consequence, on ontological statute of bodies. By examining these issues, I will demonstrate that they are inserted in an existing debate in the literature about Descartes that separates pluralists and monists. Given this debate, I will first present the textual basis of the pluralist interpretation, as well as its main arguments. I will then argue that if we take into account Descartes's metaphysical theses on substance, as well as some of the theses on his physics, the thesis of a pluralism of corporeal substances in nature faces more difficulties than the monist thesis. I will then defend the monist interpretation as solution and, lastly, examine a problem that might arise from this interpretation, but that I believe can be solved.

**KEYWORDS:** Descartes, Substance, Mode, Bodies.

### 1. Introdução

Quando nos perguntamos se Descartes admite uma única substância corpórea ou uma pluralidade de substâncias corpóreas, a resposta a essa questão não é simples. Na *Terceira Meditação*, ele afirma que um corpo em particular, a saber, uma pedra, é uma substância:

Pois, quando penso que a pedra é uma substância, ou uma coisa que é por si capaz de existir, e em seguida que sou uma substância, embora eu conceba de fato que sou uma coisa pensante e não extensa, e que a pedra, ao contrário, é uma coisa extensa e não pensante, e que, assim, entre essas duas concepções

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Filosofia da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ) com período co-tutela na Université de Dijon. É Coordenadora do GT Estudos Cartesianos desde 2024 e Membro da Red Iberoamericana Descartes desde 2018. E-mail: marianacampos1@gmail.com.

há uma notável diferença, elas parecem, todavia, concordar na medida em que representam substâncias. (AT, VII, 44)<sup>2</sup>.

Porém, em um fragmento conservado por Baillet de uma carta escrita durante o verão de 1631 a Villebressieu, ele afirma que só existe uma única substância corpórea na natureza:

Parece-me mesmo que vós já descobristes generalidades sobre a natureza, como: que há apenas uma única substância material, que recebe de um agente externo a ação ou o meio de se mover localmente, de onde ela tira diversas figuras ou modos, que a tornam tal que nós a vemos nesses primeiros compostos que chamamos os Elementos. Além disso, vós observastes que a natureza desses Elementos ou primeiros compostos, chamados Terra, Água, Ar e Fogo, consiste apenas na diferença dos fragmentos ou pequenas e grosseiras partes desta matéria, que muda todos os dias de um em outro, pelo calor e o movimento, das grosseiras em sutis; ou em ignóbeis, isto é, de sutis em grosseiras, quando a ação do calor e do movimento vem a faltar. Que da primeira combinação desses quatro primeiros resulta uma mistura, que poderia ser chamada o quinto Elemento, o que vós chamais princípios, ou o mais nobre preparo dos elementos, visto que ela é, vós dizeis, uma semente produtiva ou uma vida material que se especifica em todos os tipos desses nobres indivíduos particulares que são sem dúvida o objeto de nossa admiração. Eu estou de resto muito satisfeito de vosso sentimento, quando vós me dizeis que os quatro elementos que forneceram a matéria, e o quinto que resulta deles, se transformaram tanto todos os cinco neste sujeito, que nenhum deles é mais o que era, mas que todos juntos são ou o animal, ou a planta, ou o mineral. O que se encaixa muito com a minha maneira de filosofar, e se conforma maravilhosamente com todas as experiências mecânicas que eu fiz na natureza sobre este assunto. (AT, I, 216-217)<sup>3</sup>.

Assim, com base nos textos, aparentemente as duas posições poderiam ser consideradas como exprimindo uma posição cartesiana.

No presente artigo, pretendo examinar qual é a posição de Descartes sobre o número de substâncias corpóreas e, como consequência, sobre o estatuto ontológico dos corpos. Ao examinar essas questões, mostrarei que elas se inserem em um debate existente na literatura sobre Descartes que separa os intérpretes entre pluralistas, que defendem a existência de uma pluralidade de substâncias corpóreas, e monistas, que defendem a existência de uma única substância corpórea na natureza. Tendo em vista esse debate, apresentarei, primeiramente, as bases textuais da interpretação pluralista, assim como os seus principais argumentos. Demonstrarei, em seguida, que se levarmos em consideração as teses metafísicas de Descartes sobre a substância, bem como alguns aspectos de sua física, a tese de um pluralismo de substâncias corpóreas na natureza enfrenta mais dificuldades do que a tese monista. Defenderei então a interpretação monista como solução. E examinarei, por fim, um problema que pode surgir para a tese monista, mas que eu creio poder ser resolvido.

---

<sup>2</sup> Todas as citações virão acompanhadas da referência à edição padrão de Charles Adam e Paul Tannery, que será designada por AT, seguida do número do volume e do número da página. As citações relativas às *Meditações* serão feitas segundo a edição de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior.

<sup>3</sup> Tradução minha a partir da edição de Ferdinand Alquié.

## 2. A interpretação pluralista

É chamada de pluralista a visão segundo a qual existe uma pluralidade de substâncias corpóreas na natureza<sup>4</sup>. Existem vários textos nos quais Descartes chama os corpos particulares de substâncias. Na *Terceira Meditação*, por exemplo, ele afirma que a pedra é uma substância:

Pois, quando penso que a pedra é uma substância, ou uma coisa que é por si capaz de existir, e em seguida que sou uma substância, embora eu conceba de fato que sou uma coisa pensante e não extensa, e que a pedra, ao contrário, é uma coisa extensa e não pensante, e que, assim, entre essas duas concepções há uma notável diferença, elas parecem, todavia, concordar na medida em que representam substâncias. (AT, VII, 44).

Depois, no artigo 61 da 1ª Parte dos *Princípios*, ele se refere igualmente à pedra como se ela fosse uma substância na qual os modos, tais como a forma e o movimento, são inerentes: “se uma pedra é movida e é quadrada, posso, é verdade, entender sua figura quadrada sem o movimento; e, vice-versa, seu movimento sem a figura quadrada; mas não posso entender esse movimento, nem essa figura sem a substância da pedra”. (AT, VIII, 24)<sup>5</sup>. Além disso, nas *Respostas às Quartas Objeções*, ele afirma que a mão e o braço de um homem são substâncias: “E como aquele que diria que o braço de um homem é uma substância realmente distinta do resto do seu corpo não negaria por isso que ele é da essência do homem inteiro”. (AT, IX, 177)<sup>6</sup>. Depois, nas *Respostas às Sextas Objeções*, ele caracteriza os ossos e a carne de um animal como substâncias: “da substância que consideramos sob a forma de um osso, e daquela que consideramos sob a forma da carne”. (AT, IX, 227)<sup>7</sup>. E, finalmente, no *Comentário acerca de um certo cartaz*, ele também designa as roupas de um homem como substâncias: “Assim, um homem vestido pode ser considerado como um composto de homem e roupas. Mas, embora roupas sejam substâncias, com relação ao homem, o fato de estar vestido é meramente um modo”. (AT, VIII, 2, 351)<sup>8</sup>. Levando em conta esses textos, alguns intérpretes, tais como Vere Chappell (Chappell, 2007. p. 260. Chappell, 1994. p. 403-442, p. 408-410, p. 416-422), Dan Kaufman (2008, p. 65), Paul Hoffman (1991, p. 168-193) e Edward Slowik (2001, p. 7) defendem que, para Descartes, os corpos são substâncias.

Porém, essa leitura pode se tornar problemática se considerarmos uma passagem do *Resumo das Meditações*, onde Descartes parece sugerir, contrariamente aos textos precedentes,

---

<sup>4</sup> O uso dessa terminologia pluralista/monista não é de Descartes, mas se encontra em SCHMALTZ, 2009, p.118.

<sup>5</sup> As citações relativas à primeira parte dos *Princípios da Filosofia* serão feitas segundo a edição de Guido Antonio de Almeida (coordenador da tradução).

<sup>6</sup> As citações relativas às *Quartas Objeções* serão traduzidas por mim da edição de Ferdinand Alquié.

<sup>7</sup> As citações relativas às *Respostas às Sextas Objeções* serão traduzidas por mim da edição de Ferdinand Alquié.

<sup>8</sup> As citações relativas ao *Comentário acerca de um certo cartaz* serão feitas segundo a tradução parcial deste texto de Ethel Menezes Rocha.

que existe uma única substância corpórea na natureza cujas partes seriam determinações modais:

primeiramente, a fim de saber que, em geral, todas as substâncias, isto é, todas as coisas que não podem existir sem serem criadas por Deus, são por sua natureza incorruptíveis e jamais podem cessar de ser, caso não sejam reduzidas a nada por este mesmo Deus que lhes queira negar seu concurso ordinário. E, em seguida, a fim de que se note que o corpo, tomado em geral, é uma substância, razão pela qual também ele não perece de modo algum; mas que o corpo humano, na medida em que difere dos outros corpos, não é formado e composto senão de certa configuração de membros e outros acidentes semelhantes; e a alma humana, ao contrário, não é assim composta de quaisquer acidentes, mas é uma pura substância. Pois, ainda que todos os seus acidentes se modifiquem, por exemplo, que ela conceba certas coisas, que queira outras, que ela sinta outras, etc., é, no entanto, sempre a mesma alma; ao passo que o corpo humano não é mais o mesmo pelo simples fato de se encontrar mudada a figura de alguma de suas partes. Donde se segue que o corpo humano pode facilmente perecer, mas que o espírito ou a alma do homem (o que eu absolutamente não distingo) é imortal por sua natureza. (AT, VII, 14).

Nessa passagem do *Resumo*, ele começa com a descrição das substâncias que são criadas por Deus. Essas substâncias são descritas como possuindo uma natureza incorruptível, razão pela qual elas podem ser denominadas de puras substâncias. Descartes afirma então que o corpo “tomado em geral” é uma substância desse tipo. Em seguida, ele opõe esse corpo ao corpo humano, que por sua vez ele distingue dos outros corpos particulares. A oposição entre o corpo “tomado em geral” e o corpo humano se funda na incorruptibilidade das partes no primeiro caso, e na corruptibilidade das partes no segundo caso. Ainda nessa perspectiva, ele opõe o corpo humano à alma, que ele caracteriza como incorruptível. Por fim, ele sustenta que o corpo “tomado em geral” e as almas seriam substâncias puras e, nesse sentido, incorruptíveis; ao passo que o corpo humano seria corruptível e sujeito a mudanças de suas partes. O fato de que Descartes exclui o corpo humano da categoria de substância pura, e afirma que apenas o corpo “tomado em geral” é uma substância desse tipo, sugere que para ele os corpos particulares não são substâncias e que haveria uma única substância corpórea na natureza cujas partes seriam determinações modais.

Uma resposta possível a essa leitura, que podemos encontrar em Chappell, Kaufman, Paul Hoffman e Edward Slowik, é a visão de que na passagem do *Resumo* os corpos não seriam substâncias puras e incorruptíveis, como a alma e a totalidade do universo extenso, mas substâncias impuras e corruptíveis. Em contrapartida, Tad Schmaltz (, 2009, p. 113-147), Daniel Garber (1999, 273), Matthew Stuart (1999, p. 99) e Frédéric de Buzon (1993, 173-187) realmente levaram a sério o critério de incorruptibilidade exigido por Descartes no *Resumo* para atribuição de substancialidade, e, por considerar esse critério como forte o suficiente para excluir que entidades que não o possuem fossem concebidas como substâncias, eles tiveram

que excluir, por consequência, os corpos particulares da categoria cartesiana de substância, ainda que tenham salvaguardado a tese pluralista.

O primeiro ponto que Schmaltz destaca é que não é totalmente claro que a expressão o corpo “tomado em geral” do *Resumo* se refira à totalidade do universo extenso. Ele argumenta que na carta a Mesland de 9 de fevereiro de 1645 Descartes faz uso de uma expressão semelhante para se referir a uma parte delimitada da extensão, a saber, a expressão o corpo “em geral”. Porém, ele acrescenta que a expressão o corpo “tomado em geral” do *Resumo* não tem o mesmo significado que a expressão semelhante da carta a Mesland. Segundo Schmaltz, embora nessa carta Descartes sustente que o corpo “em geral” é corruptível, no *Resumo* ele estabelece claramente uma distinção entre a incorruptibilidade do corpo “tomado em geral” e a corruptibilidade do corpo humano, o que impede que as expressões, embora semelhantes nos dois textos, signifiquem a mesma coisa.

Segundo Schmaltz, a expressão o corpo “tomado em geral” do *Resumo* se refere a uma extensão específica atual, que é incorruptível. Nesse sentido, essa extensão se opõe ao corpo humano que, embora também seja uma extensão específica atual, é corruptível. A sugestão de Schmaltz é que essa extensão específica atual e incorruptível do *Resumo* seja compreendida como se referindo a uma pluralidade de partes substanciais realmente distintas. Essas partes seriam diferentes dos corpos particulares, no sentido de que os corpos seriam individuados pelo movimento, susceptíveis a mudanças e, portanto, corruptíveis, como é o caso do corpo humano, ao passo que as partes não seriam individualizadas pelo movimento, e tampouco sujeitas a mudanças, visto que elas seriam incorruptíveis.

A interpretação de Schmaltz sugere, portanto, que as partes da extensão são distintas de corpos particulares. Embora Descartes diga em muitos textos que pedras, roupas, a mão e o braço de um homem são substâncias, Schmaltz propõe que tais entidades são sujeitos substanciais apenas no sentido de que elas são compostas de sujeitos ainda mais simples, que são eles mesmos substâncias, no sentido que acarreta incorruptibilidade.

Assim, na tentativa de compatibilizar o texto do *Resumo*, que representa uma forte base textual para a defesa da tese monista, com uma leitura pluralista da substância corpórea cartesiana, Schmaltz admite a existência de partes substanciais da extensão, partes estas que envolvem a incorruptibilidade requerida para o conceito de substância nesse texto. Garber também compartilha com Schmaltz a interpretação de que substâncias corpóreas para Descartes não são a mesma coisa que corpos particulares. Da mesma forma, Stuart propõe que substâncias corpóreas sejam identificadas com a quantidade de matéria que compõe os corpos particulares.

Esse conceito de “quantidade de matéria”, proposto por Stuart, é reconhecido por Schmaltz como significando o mesmo que o conceito de “partes substanciais da extensão”. Sendo assim, as interpretações propostas por Schmaltz, Garber e Stuart pretendem compatibilizar a passagem do *Resumo* com uma leitura pluralista. Esses intérpretes creem ser possível manter a tese de que Descartes teria admitido uma pluralidade de substâncias corpóreas, mesmo admitindo que os corpos particulares fossem excluídos da categoria cartesiana de substância criada.

Para sustentar a tese de que partes da extensão não são modos, mas são elas mesmas substâncias realmente distintas, os pluralistas encontram apoio textual em diversos textos. No artigo 60 da primeira parte dos *Princípios*, quando Descartes explica que partes da extensão podem ser delimitadas por nós em nosso pensamento como substâncias:

Com efeito, vindo a conhecer Deus, estamos certos de que ele pode fazer tudo o que entendemos distintamente, de tal sorte que, por exemplo, pelo simples fato de já termos a ideia da substância extensa, ou corpórea, embora não saibamos com certeza se uma tal coisa verdadeiramente existe, estamos, no entanto, certos de que ela pode existir; e também, se existir, que cada uma de suas partes, definida por nós no pensamento, é realmente distinta das outras partes da mesma substância. (AT, VIII, 28).

No artigo 55 da segunda parte dos *Princípios*, quando ele considera as partes de um corpo sólido como substâncias:

E não acredito que se possa imaginar um cimento mais adequado para manter unidas as partes dos corpos duros do que o próprio repouso. E de que natureza deverá ser? Não será uma coisa que subsista por si própria: uma vez que todas as partículas são substâncias, por que razão estariam unidas por outras substâncias senão por si próprias? Também não será uma qualidade diferente do repouso, porque a única qualidade mais contrária ao movimento que pudesse separar estas partes é o repouso que está nelas. Mas, além das substâncias e suas qualidades, não conhecemos se há outros gêneros de coisas. (AT, IX, 94-95)<sup>9</sup>.

No *Tratado do Mundo*, quando ele admite que cada corpo pode ser dividido em uma infinidade de partes materiais não perceptíveis a nossos olhos (AT, XI, 12). Na carta a Gibieuf de 19 de janeiro de 1642, em que ele afirma explicitamente que duas metades de uma parte da extensão, por menor que elas sejam, são substâncias (AT, III, 473). Mas sobretudo em um trecho das *Respostas às Sextas Objeções*, onde ele afirma que “partes” são diferentes de “modos”. Nesse trecho, Descartes afirma que a superfície de um corpo por ser “somente um modo não pode ser parte do corpo; pois o corpo é uma substância da qual o modo não pode ser parte” (AT, IX, 240). Isso permite aos pluralistas sustentar que “partes” são determinações substanciais, enquanto que “modos” são meras variações nessas partes.

---

<sup>9</sup> As citações relativas à parte II dos *Princípios da Filosofia* serão feitas segundo a edição de João Gama.

### 3. Algumas dificuldades à interpretação pluralista

Podemos encontrar variações na interpretação pluralista da substância corpórea cartesiana. O fato de os corpos particulares serem substâncias pode implicar ou que o texto do *Resumo*, onde Descartes nega que tais entidades sejam substâncias, não representa a sua verdadeira posição, e deve, portanto, ser lido como um texto de pouco valor metafísico, ou que Descartes teria admitido a existência de graus de substancialidade, onde corpos particulares ocupariam um grau mais fraco em relação à totalidade do universo extenso: eles seriam substâncias impuras em oposição às substâncias puras, categoria na qual a totalidade do universo extenso estaria incluída.

A primeira alternativa pode ser considerada incompatibilista, no sentido de que ela não torna o texto do *Resumo* compatível com a tese de que corpos particulares são substâncias, a segunda alternativa pode ser considerada compatibilista, e é adotada por Kaufman, Hoffman e Slowik. Por outro lado, admitir, com Schmaltz, Garber e Stuart, que as partes da extensão que compõem os corpos particulares são as únicas entidades que satisfazem a categoria de substâncias corpóreas cartesianas, implica propor uma terceira alternativa e, além disso, permite compatibilizar o texto do *Resumo* com os demais textos onde Descartes parece defender mais claramente uma posição pluralista.

Levando em conta essas diferentes posições pluralistas, destacarei a seguir algumas dificuldades sob a forma de argumentos que visam refutá-las. Essas dificuldades estão ligadas a quatro teses da física cartesiana: (1) a negação do átomo, (2) a negação do vazio, (3) a explicação relacional da superfície de uma parte da extensão e (4) a mútua dependência das partes da extensão. Cada uma dessas teses, como tentarei mostrar, terá um papel relevante na argumentação contra a interpretação pluralista.

#### (1) A negação do átomo

A tese da negação do átomo aparece em vários textos de Descartes, por exemplo no artigo 26 da primeira parte dos *Princípios da Filosofia*, na carta a Mersenne de 15 de abril de 1630 e na carta a Gibieuf de 19 de janeiro de 1642. O texto mais importante é o artigo 20 da segunda parte dos *Princípios*, onde Descartes explica por que não podem existir átomos ou pequenas partes indivisíveis na matéria. Levando em conta essa explicação, alguém poderia argumentar que o reconhecimento da divisibilidade indefinida das partes da extensão, que constitui um elemento importante em favor da tese da negação do átomo, poderia implicar a corruptibilidade dessas partes. Pois a divisibilidade das partes da extensão seria assimilada à

sua corruptibilidade. O problema é que um dos critérios fornecidos por Descartes para reconhecer que uma entidade é uma pura substância é justamente a sua incorruptibilidade, como ele apresenta no *Resumo*. Se as partes da extensão são divisíveis indefinidamente, então elas são corruptíveis. E isso parece sugerir que as partes da extensão não são substâncias para Descartes.

Porém, poderíamos recolocar em questão a associação da divisibilidade indefinida com a corruptibilidade chamando a atenção sobre o fato de que Descartes também considera a substância corpórea indefinida como divisível, embora ele a considere como incorruptível. O problema é que a identificação da divisibilidade indefinida com a corruptibilidade para excluir a substancialidade dos corpos particulares implica que eles não são substâncias, mas implica também que a substância corpórea indefinida não é uma substância criada. Embora possamos conceder, sem maiores dificuldades, que Descartes não admite a existência de átomos na natureza, pois a extensão é indefinidamente divisível, não é claro que a divisibilidade indefinida da extensão implique a sua corruptibilidade e, como consequência, que os corpos particulares ou as partes da extensão não sejam substâncias criadas.

No *Resumo*, Descartes afirma que o corpo humano, na medida em que difere de outros corpos, é formado e composto por uma configuração de membros e outros acidentes. Dessa forma, quando esse corpo sofre modificações de suas partes, ele não é mais o mesmo corpo, perecendo e se corrompendo. Mas embora no *Resumo* Descartes considere que a substância corpórea indefinida seja divisível, ele não sustenta que a divisibilidade dessa substância acarreta a sua corruptibilidade, como ele faz no caso do corpo humano. De maneira contrária, ele afirma que essa substância é incorruptível. O fato é que embora no *Resumo* ele admita que a divisibilidade do corpo humano, por modificação de suas partes, acarrete a sua corruptibilidade, ele não admite que o mesmo possa ser dito quanto à divisibilidade da substância corpórea indefinida.

Levando em conta esse acréscimo, o argumento em questão pode ser reformulado nos termos seguintes: de um lado, os corpos são indefinidamente divisíveis e, como consequência, não há átomos na natureza. Além disso, a divisibilidade indefinida desses corpos acarreta a sua corruptibilidade, mas nenhuma substância cartesiana pode ser corruptível, portanto os corpos particulares não são substâncias. Por outro lado, o corpo “tomado em geral” é indefinidamente divisível e, como consequência, não há átomos na natureza. Mas a divisibilidade indefinida do corpo “tomado em geral” não acarreta a sua corruptibilidade, portanto ele é uma substância corpórea divisível, mas não corruptível. Sendo assim, podemos chegar à seguinte conclusão: a

divisibilidade indefinida dos corpos particulares e do corpo “tomado em geral” acarreta que não há átomos na natureza, mas apenas a divisibilidade indefinida dos corpos particulares acarreta a sua corruptibilidade.

Porém, como vimos, Schmaltz, Garber e Stuart sustentam que apenas as partes da extensão são substâncias corpóreas. Para esses intérpretes, os corpos particulares são corruptíveis, mas não as partes da extensão. Segundo eles, embora a tese que aparece no *Resumo*, segundo a qual a divisibilidade indefinida no particular acarreta corruptibilidade e, como consequência, exclusão de substancialidade, se aplique aos corpos particulares, ela não se aplica às partes da extensão. Segundo essa leitura, a substância corpórea indefinida é divisível, mas ela não é corruptível; os corpos particulares são divisíveis, mas eles são corruptíveis; as partes da extensão são divisíveis, mas elas não são corruptíveis. Nessa perspectiva, é possível concluir que o argumento segundo o qual a divisibilidade indefinida da extensão acarreta corruptibilidade é válido para refutar a posição de um intérprete pluralista que defende que corpos particulares são substâncias, mas não a posição de um intérprete pluralista que defende que apenas as partes da extensão são substâncias. Nesse último caso, o critério de incorruptibilidade, exigido para todas as substâncias cartesianas, é satisfeito.

## (2) A negação do vazio

No artigo 16 da segunda parte dos *Princípios*, Descartes nega a existência do vazio na natureza, argumentando que não pode existir atributos do nada e não pode existir espaço onde não exista substância:

Quanto ao vazio, no sentido em que os filósofos tomam esta palavra, isto é, como um espaço onde não há nenhuma substância, é evidente que tal espaço não existe no universo, porque a extensão do espaço ou do lugar interior não é diferente da do corpo. E dado que só podemos deduzir que um corpo é uma substância porque é extenso em comprimento, largura e altura, como concebemos que não é possível que o nada tenha extensão, então devemos concluir a mesma coisa acerca do espaço que se supõe vazio, isto é: dado que ele tem extensão, então é necessariamente substância. (AT, VIII, 49).

Além disso, como vimos, uma consequência da interpretação pluralista é que ela pressupõe que as partes da extensão são substâncias criadas, mas se as partes são substâncias, então elas são realmente distintas umas das outras. O problema é que consentir que uma parte seja clara e distintamente concebida sem a outra parte, e que uma parte não dependa de outra para a sua constituição, parece implicar a existência de um espaço vazio entre essas duas partes. O que Descartes claramente recusa.

Para escapar a essa dificuldade, um pluralista pode recolocar em questão que o fato de as partes da extensão serem substâncias realmente distintas implica necessariamente a existência de um vazio entre elas. Se tudo o que possui comprimento, largura e profundidade é uma

substância corpórea para Descartes, então o que é chamado vazio é também uma substância corpórea. Se for assim, então o fato de que as partes da extensão são realmente distintas não acarreta vazio entre elas, pois Descartes considera que o vazio é uma substância corpórea. Como consequência, o argumento baseado na negação cartesiana do vazio se torna apenas um problema aparente porque ele não representa uma objeção real para um intérprete que pretenda defender uma posição pluralista sobre a substância corpórea.

### (3) A explicação relacional da superfície de uma parte da extensão

No artigo 15 da segunda parte dos *Princípios*, Descartes explica que a superfície de um corpo é um modo compartilhado por esse corpo e pelos corpos que o cercam:

e note-se que por superfície não se deve entender nenhuma parte do corpo que rodeia, mas apenas a extremidade que está entre o corpo que rodeia e o que é rodeado, que não passa de um modo [ou maneira]. (AT, VIII, 47).

O ponto principal dessa explicação é que se a superfície é um modo compartilhado por um corpo e por outros corpos que o cercam, então um corpo deve ser rodeado por outros corpos para que ele possa ter uma superfície limitada e ser uma parte finita da extensão. Descartes defende assim a interdependência das superfícies das partes da extensão. O problema é que a interdependência não parece ser um critério satisfeito por uma substância criada cartesiana. Por um lado, se as superfícies das partes da extensão forem interdependentes, essas partes não são substâncias, pois, como Descartes afirma no artigo 51 da primeira parte dos *Princípios*, as substâncias criadas são independentes de todas as outras substâncias criadas, exceto de Deus, e de outro lado, se as superfícies das partes da extensão não forem interdependentes, então há vazio entre elas, o que Descartes não admite.

Em resposta a essas dificuldades, um pluralista pode argumentar que o fato de a superfície ser um modo de uma parte da extensão, e enquanto tal dependente de outras partes, não é um problema. É claro que a interdependência das superfícies das partes da extensão não é um problema, pois as superfícies são modos e não substâncias. Mas para que uma substância seja uma substância corpórea particular, isto é, uma parte determinada da extensão, ela deve possuir uma superfície que a torna dependente da vizinhança das outras partes. Ocorre que se não for possível conceber uma parte da extensão sem a sua superfície, então o recurso ao argumento da interdependência das partes da extensão permanece válido para problematizar a tese pluralista de que as partes da extensão são substâncias, mesmo reconhecendo que a superfície é apenas um modo. Dessa forma, mesmo que o problema da existência do vazio entre duas substâncias corpóreas realmente distintas seja eliminado, surge o problema da explicação relacional das superfícies das partes da extensão.

#### **(4) A mútua dependência das partes da extensão**

Se for possível admitir que, para Descartes, a extensão possui partes substanciais, tais partes devem ser concebidas como dependentes das outras partes que compõem a totalidade da extensão. Esse problema da mútua dependência das partes da extensão consiste assim no fato de que as partes incorruptíveis da matéria, mencionadas no *Resumo*, dependem de outras partes incorruptíveis da extensão e, dessa forma, parece que a substancialidade dessas partes fica abalada. Para resolver esse problema que surge para a interpretação pluralista, uma sugestão proposta por Schmaltz é a de que o conceito cartesiano de distinção real, quando for aplicado às substâncias corpóreas, seja compreendido de maneira distinta de quando ele for aplicado às diferentes substâncias pensantes, assim como de quando ele for tomado para distinguir substâncias pensantes de substâncias corpóreas. No caso das substâncias corpóreas, o que ele sugere não é que a distinção real pressuponha que essas substâncias possam existir separadas umas das outras, como nos dois outros casos, mas apenas que possamos concebê-las como diferentes sujeitos de certos modos da extensão que são realmente distintos de outros sujeitos de outros modos da extensão.

Mas se o estatuto do modo segundo Descartes é a sua dependência a uma substância criada, e se o estatuto das substâncias corpóreas, segundo Schmaltz, é a sua dependência em relação a outras substâncias corpóreas, visto que elas não podem ser concebidas como podendo existir separadas de outras substâncias corpóreas, então como elas seriam diferentes dos modos? Será que esse enfraquecimento da substancialidade das partes da extensão não seria suficiente para esvaziar completamente o sentido do conceito cartesiano de substância criada, que se distingue do conceito cartesiano de modo? Será que o sentido do conceito de distinção real que Schmaltz propõe entre diferentes substâncias corpóreas não poderia ser concebido como uma distinção modal? Levando em conta essas dificuldades, resta verificar se elas tornam a interpretação pluralista da substância corpórea cartesiana menos vantajosa do que a interpretação monista.

#### **4. A interpretação monista como solução**

Segundo a interpretação monista, há uma única substância corpórea no universo físico, cuja natureza se reduz a uma única extensão geométrica, uniforme e homogênea em todas as suas partes. Como consequência, os corpos particulares que compõem o mundo que nos cerca são modos dessa única substância. As bases textuais dessa interpretação são o *Resumo das Meditações* a carta a Villebressieu do verão de 1631:

Parece-me mesmo que vós já descobristes generalidades sobre a natureza, como: que há apenas uma única substância material, que recebe de um agente externo a ação ou o meio de se mover localmente, de onde ela tira diversas figuras ou modos, que a tornam tal que nós a vemos nesses primeiros compostos que chamamos os Elementos. Além disso, vós observastes que a natureza desses Elementos ou primeiros compostos, chamados Terra, Água, Ar e Fogo, consiste apenas na diferença dos fragmentos ou pequenas e grosseiras partes desta matéria, que muda todos os dias de um em outro, pelo calor e o movimento, das grosseiras em sutis; ou em ignóbeis, isto é, de sutis em grosseiras, quando a ação do calor e do movimento vêm a faltar. Que da primeira combinação desses quatro primeiros resulta uma mistura, que poderia ser chamada o quinto Elemento, o que vós chamais princípios, ou o mais nobre preparo dos elementos, visto que ela é, vós dizeis, uma semente produtiva ou uma vida material que se especifica em todos os tipos desses nobres indivíduos particulares que são sem dúvida o objeto de nossa admiração. Eu estou de resto muito satisfeito de vosso sentimento, quando vós me dizeis que os quatro elementos que forneceram a matéria, e o quinto que resulta deles, se transformaram tanto todos os cinco neste sujeito, que nenhum deles é mais o que era, mas que todos juntos são ou o animal, ou a planta, ou o mineral. O que se encaixa muito com a minha maneira de filosofar, e se conforma maravilhosamente com todas as experiências mecânicas que eu fiz na natureza sobre este assunto. (AT, I, 216-217)<sup>10</sup>.

Com algumas diferenças, a interpretação monista é compartilhada por vários intérpretes de Descartes, a saber, Octave Hamelin (1921, p. 305), Henri Gouhier (1999, p. 392), Martial Gueroult (1953, 105), Jean-Marie Beyssade (2001, p. 242), Michelle Beyssade (2000, p. 2), John Cottingham (1989, p. 119), Roger Stuart Woolhouse (1993, p. 22) e Alice Sowaal (2004, p. 223). Embora esses intérpretes defendam que, para Descartes, existe uma única substância corpórea na natureza, e que os corpos são modos dessa única substância, eles admitem também que um grau mais fraco de substancialidade possa ser atribuído a esses corpos.

Gueroult sustenta que, para Descartes, os corpos são substâncias em relação aos outros corpos, porque podemos conceber cada corpo independentemente de outros corpos. Por exemplo, podemos pensar a cera como realmente distinta da pedra, embora elas sejam modos de uma única substância corpórea e, enquanto tais, elas não podem existir independente dessa substância. Segundo Gueroult, o que permite que um corpo em particular seja considerado uma substância é o fato de que ele conserva um *invariante numérico* determinado, que pode ser concebido como a subsistência de uma mesma quantidade de matéria através da diversidade dos seus aspectos geométricos. Mas Gueroult acrescenta à sua explicação que esse *invariante numérico* que permite que um corpo particular determinado seja considerado como uma substância é somente aparente porque, para Descartes, os corpos não possuem, de fato, independência em relação à substância corpórea, e não são, portanto, substâncias criadas no sentido estrito, mas apenas modos de uma única substância corpórea.

Gueroult defende então a tese de que haveria graus de substancialidade na metafísica cartesiana. Segundo ele, Descartes teria admitido uma única substância de primeira ordem que

---

<sup>10</sup> Tradução minha a partir da edição de Ferdinand Alquié.

seria Deus, dois tipos de substâncias de segunda ordem, que seriam as substâncias pensantes e a substância corpórea, e várias substâncias de terceira ordem, que seriam os corpos particulares. Ocorre que o conceito de substância de terceira ordem se refere, na visão de Gueroult, a uma compreensão pouco estrita do sentido do termo “substância” segundo Descartes, de tal modo que é apenas sob certas condições que poderíamos chamar um corpo de substância de terceira ordem.

Embora as substâncias de segunda ordem – as almas e o corpo “tomado em geral” – sejam dependentes no sentido causal da substância de primeira ordem – Deus –, elas não dependem umas das outras nem de outras coisas criadas nesse sentido. Mas embora as substâncias de terceira ordem dependam no sentido causal de outras substâncias de terceira ordem, elas dependem no sentido de inerência da substância corpórea de segunda ordem. Assim, o fato de que as substâncias corpóreas de terceira ordem – os corpos – são dependentes no sentido de inerência da substância corpórea de segunda ordem – o corpo “tomado em geral” – permite também considerar os corpos como modos dessa substância. Dessa forma, as condições sob as quais Gueroult admite a existência de substâncias corpóreas de terceira ordem na metafísica de Descartes são compatíveis com uma interpretação monista.

Embora Descartes não tenha explicitado nem desenvolvido a terminologia substância de primeira, segunda e terceira ordem, eu penso que ela pode ser útil para explicar por que ele chama de “substância” coisas que, de fato, ele não concebe como substâncias criadas em sua metafísica. Esse é o caso, por exemplo, da sua afirmação na *Terceira Meditação* de que a pedra é uma substância. Se Descartes não considera realmente que a pedra é uma substância, então por que ele a designa como substância? O que eu penso é que talvez a resposta a essa dificuldade textual possa estar na noção de substância de terceira ordem. Essa noção se refere a uma compreensão pouco estrita do sentido do termo substância criada em Descartes. Por substâncias de terceira ordem podemos conceber coisas que são inerentes à substância corpórea de segunda ordem. Esse é o caso, por exemplo, da pedra, da mão, do braço e das roupas de um homem. Desse modo, talvez a noção de substância de terceira ordem, que se refere aos modos da substância corpórea de segunda ordem, tenha a função de salvaguardar uma leitura monista e explicar assim a razão de certos usos imprecisos de Descartes do termo substância em seus textos.

## 5. Uma dificuldade à interpretação monista e conclusão

A leitura monista pode enfrentar uma dificuldade quando consideramos a tese metafísica segundo a qual apenas substâncias criadas podem ser sujeito último de inerência de propriedades na filosofia de Descartes. Essa tese tem como consequência o fato de que toda propriedade deve sempre se referir, no fim das contas, a uma substância criada. O problema que surge é o seguinte: se o corpo humano é um modo de uma substância corpórea, então ele não pode ser o sujeito último de inerência de propriedades. Se é assim, propriedades puramente corpóreas, que Descartes denomina como sendo o primeiro grau de resposta sensorial, nas *Respostas às Sextas Objeções*, não poderiam ter como “sujeito último de inerência” o corpo humano, visto que ele não seria uma substância desse tipo, mas um modo dela. Portanto, aparentemente, tais propriedades seriam propriedades de uma única entidade substancial que seria a totalidade do universo extenso. A questão é que isso pode parecer à primeira vista um contrassenso.

Assim, quando vemos um bastão, os movimentos que ocorrem em nossos nervos óticos, e que por sua vez produzem movimentos em nossos cérebros, seriam propriedades da totalidade do universo extenso, e não de um corpo humano em particular. Da mesma forma, movimentos puramente corpóreos, que movem os órgãos dos animais, seriam propriedades da totalidade do universo extenso, e não dos próprios animais em particular. Esses dois casos chamam a atenção para a dificuldade de sustentar a tese de que toda propriedade deve pressupor uma substância de segunda ordem como seu “sujeito último de inerência”, a partir de uma leitura monista da substância corpórea. Em nenhum caso, como parece claro, o corpo humano ou o animal seriam “sujeitos últimos de inerência” de propriedades, visto que eles não recaem sob o conceito de substância criada.

Uma resposta possível a essa objeção seria argumentar em favor de que esses corpos podem ser “sujeitos de inerência” de propriedades puramente corpóreas, mesmo que não sejam os seus sujeitos últimos, porque apenas substâncias de segunda ordem podem ocupar esse lugar. Como é sabido, na carta a Mersenne (para Hobbes) de 21 de abril de 1641, Descartes afirma que um modo pode ser o sujeito de outro modo. Se é assim, nada impede que uma propriedade puramente corpórea tenha como “sujeito de inerência” um corpo humano, ou um animal, desde que o corpo em questão, que é um modo, tenha como “sujeito último de inerência” a substância corpórea de segunda ordem da qual ele é modo.

Outra resposta possível a essa objeção consiste em argumentar que se os corpos podem ser concebidos como substâncias corpóreas de terceira ordem, então as variações percebidas neles,

isto é, as propriedades puramente corpóreas desses corpos, seriam os seus modos, ainda que modos de terceira ordem. Mas alguém que queira defender uma posição monista da substância corpórea cartesiana talvez não precise necessariamente defender que há um terceiro grau de substancialidade nos corpos, basta considerá-los simplesmente como modos da substância corpórea de segunda ordem. Pois, como Descartes explica a Hobbes, modos podem ser sujeitos de outros modos. Assim, a tese de que os corpos teriam, por assim dizer, uma substancialidade de terceira ordem poderia ser aceita por aqueles que querem sustentar essa posição e respeitar à letra todos os textos de Descartes, pois, estritamente falando, a leitura monista não reconhece uma verdadeira substancialidade aos corpos.

Em todo caso, concordo com a interpretação monista no sentido de que no sistema cartesiano o “sujeito último de inerência” de propriedades puramente corpóreas é uma única substância corpórea de segunda ordem, que possui uma diversidade de modos, a saber, os corpos. Por um lado, esses modos podem ser “sujeitos de inerência” de outros modos, mas não os seus sujeitos últimos. Por outro lado, eles também podem ser considerados substâncias corpóreas de terceira ordem, e assim podem possuir modos e qualidades de terceira ordem. Acredito que a leitura monista da substância corpórea cartesiana não é incompatível com princípios da metafísica e da física de Descartes, contrariamente à leitura pluralista, e é totalmente compatível com o seu dualismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYSSADE, J.-M. *Études sur Descartes*, Paris, Éditions du Seuil, 2001.

BEYSSADE, M. «Le dualisme cartésien et l'unité de l'homme»; in *L'Esprit Cartésien: Actes du XXVIe Congrès de l'Association des Sociétés de Philosophie de Langue Française*, B. BOURGEOIS, J. Havet (dir.), Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 2000.

Buzon, Frédéric de. CARRAUD, Vincent. *Descartes et les « Principia » II Corps et mouvement*. Paris : Presses Universitaires de France, 1994.

CHAPPELL, V. «Descartes' on substance», in *Blackwell Companion to Descartes*, J. Broughton, J. Carriero (dir.), Oxford, Blackwell, 2007, p. 251-270.

CHAPPELL, V., «L'homme cartésien», in *Descartes: Objecter et répondre*, J.-M. Beyssade, J.-L. Marion (dir.), Paris, Presses Universitaires de France, 1994, p. 403-426.

COTTINGHAM, J. *A filosofia de Descartes*, trad. M. R. S. Guedes, Rio de Janeiro, Edições 70, 1989.

DESCARTES, R. *Œuvres Philosophiques de Descartes en 3 volumes*, F. Alquié (éd.), Paris, Garnier, 1997.

\_\_\_\_\_. *Ceuvres de Descartes en 12 volumes*, C. Adam et P. Tannery (éd.), Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1996.

\_\_\_\_\_. *Meditações, Objeções e Respostas, Cartas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril, 1998. (Os Pensadores, Descartes, 1).

\_\_\_\_\_. *Meditações, Objeções e Respostas, Cartas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril, 1998. (Os Pensadores, Descartes, 2).

\_\_\_\_\_. *Meditações sobre Filosofia Primeira. Descartes*. Edição em latim e em português. Tradução, nota prévia e revisão Fausto Castilho. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. *Princípios da Filosofia*. Tradução coordenada por Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. *Princípios da Filosofia*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 1997.

GARBER, D. *La Physique Métaphysique de Descartes*, trad. de l'américain par S. Bornhausen, Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

GUEROULT, M. *Descartes selon l'ordre des Raisons*, Paris, Aubier, 1953, Volume I.

GOUHIER, H. *La pensée métaphysique de Descartes*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1999.

HAMELIN, O. *Le système de Descartes*, Paris, Alcan, 1921.

HOFFMAN, P. «The Unity of Descartes' Man», in René Descartes. *Critical Assessments*, G. J. D. Moyal (dir.), London, Routledge, 1991, 3 vol. p. 168-193.

KAUFMAN, D. «Descartes on Composites, Incomplete Substances and Kinds of Unity», *Archiv Für Geschichte der Philosophie*, Berlin, vol. 90, n. 1, (2008), p. 40-72.

SCHMALTZ, T. «Descartes on Extension of Space and Time», *Analytica*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, (2009), p. 113-147.

SKIRRY, J. *Descartes and the Metaphysics of Human Nature*, London, New York, Continuum, 2005. Slowik, E., «Descartes and Individual Corporeal Substance», *British Journal for the History of Philosophy*, London, vol. 9, n. 1, (2001), p. 1-15.

SLOWIK, Edward. *Descartes and Individual Corporeal Substance*. *British Journal for the History of Philosophy*, Londres, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2001. Disponível em: <http://www.tandf.co.uk/journals>

SOWAAL, A. «Cartesian Bodies», *Canadian Journal of Philosophy*, Canada, vol. 34, n. 2, Texas, (2004), p. 217-240.

SPINOZA, B., *Éthique*. Présenté et traduit par Bernard Pautrat. Paris, Éditions du Seuil, 2010.

Stuart, M. «Descartes's extended Substances», in *New Essays on the Rationalists*, R.

GENNARO, C. J. Huenemann (dir.), Oxford, Oxford University Press, 1999. p. 82-104.

WOOLHOUSE, R. S., *Descartes, Spinoza, Leibniz. The concept of substance in seventeenth century metaphysics*, New York, Routledge, 1993.